


# Brasil tem 95 milhões de hectares para restauração e pagamento por serviços ambientais, diz estudo

 [exame.com/esg/brasil-tem-95-milhoes-de-hectares-para-restauracao-e-pagamento-por-servicos-ambientais-diz-estudo](https://exame.com/esg/brasil-tem-95-milhoes-de-hectares-para-restauracao-e-pagamento-por-servicos-ambientais-diz-estudo)

**Levantamento realizado pela UFMG calculou os requisitos do Código Florestal e analisou o nível de conformidade para cada um dos mais de 7 milhões de imóveis rurais registrados no CAR**



A Amazônia legal preocupa os ambientalistas pelo crescimento de registros do CAR sobrepostos a terras públicas sem destinação, o que favorece o desmatamento e ameaça a proteção ambiental (Ibama/Divulgação)

O **Brasil** tem hoje cerca de 74 milhões de hectares preservados esperando por **pagamento de serviços ambientais** e uma média de 21 milhões de hectares que carecem de **ações de recuperação**, totalizando 95 milhões de hectares em **Reservas Legais (RL)** e **Áreas de Preservação Permanente (APP)**.

É isto que revela a 3ª edição do estudo '**Panorama do Código Florestal**' divulgado nesta quinta-feira (4) e realizado pelo Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A análise calculou os requisitos do **Código Florestal** e o nível de conformidade para cada um dos mais de **7 milhões de imóveis rurais** registrados no **Cadastro Ambiental Rural (CAR)**. A ferramenta reúne informações das propriedades rurais para atuação no monitoramento, planejamento ambiental e econômico e **combate ao desmatamento**, de acordo com a **legislação ambiental**.

Os dados também mostram que entre 16 e 19 milhões de hectares correspondem a RL (porcentagem de **cobertura nativa** que cada propriedade deve conservar) e de 3 a 3,4 milhões a APP (áreas ao redor de cursos d'água, prioritárias para a **restauração e preservação dos recursos hídricos**).

## **Irregularidades dificultam preservação e pagamentos**

---

Após 2008, 26% do **desmatamento** em imóveis rurais foi realizado de forma irregular considerando as regras do **Código Florestal**, que traz um percentual variável conforme o **bioma e o tipo de vegetação**. Os estados com maior índice de irregularidade estão todos dentro da **Amazônia Legal: Rondônia, Acre, Pará, Roraima e Amazonas**.

A região preocupa os ambientalistas pelo crescimento de registros do CAR sobrepostos a **terras públicas sem destinação**, o que também interfere nos **pagamentos e ações de conservação**. Isso significa que, ao realizar o registro, algumas áreas estão sendo consideradas privadas, quando na realidade pertencem ao governo e se referem a **áreas de preservação ou uso público**.

Segundo os pesquisadores, **isto acontece por meio de declarações fraudulentas**, muitas vezes usadas para esconder **desmatamento ilegal, déficits de reserva legal** ou mesmo para **grilagem** -- especialmente em unidades de conservação, terras indígenas ou de povos e comunidades tradicionais e aquelas sem destinação.

Na **Amazônia Legal**, estas sobreposições aumentaram de 12,4% para 18,3% no último ano, sendo 13.433 registros sobrepostos a **unidades de conservação**, 2.360 a **terras indígenas** e 206.495 a **terras públicas sem destinação**. O Pará, seguido de Rondônia, Amazonas, Roraima e Tocantins, são os estados com o maior número destes casos.

Britaldo Soares Filho, coordenador do estudo, lamentou que em **12 anos da revisão do Código Florestal**, quase nada avançou, principalmente quanto ao uso do CAR como instrumento principal para o seu cumprimento.

"O período tem sido marcado por contratempos e limitações. A alteração legislativa afrouxou exigências relacionadas à **conservação ambiental e flexibilizou medidas de fiscalização**, incluindo a concessão de anistia a desmatadores ilegais, cancelamento massivo de autos de infrações e a redução da necessidade de **recuperação de vegetação nativa**", disse em nota.

O estudo também concluiu que o *software* usado atualmente no CAR está inadequado para lidar com as demandas de cadastro e monitoramento do uso da terra de um país com as **dimensões do Brasil**.

“É obsoleto, com interface pouco amigável, que opera *offline* sem integração de base de dados cartográficos, e limitado ao uso de imagens de satélite de qualidade inferior a outras de livre acesso disponíveis atualmente. Além disso, é um *software* proprietário, com código fonte fechado e indisponível”, destacou Britaldo.

Ele também ressaltou o fato do país ter a **tecnologia disponível** de forma gratuita e disponibilizada por instituições como a própria UFMG, mas ainda não fazer o uso devido.

## **Amazônia: veja fotos da maior floresta do mundo**